

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO ESPECÍFICA A
XII CONFERENCIA NACIONAL DA DS**

A HISTÓRIA DO CAPITALISMO É A HISTÓRIA DO RACISMO

1. O marxismo revolucionário nos convoca a engajarmos nas lutas anticapitalistas, a nos empenharmos pela construção de uma sociedade sem classes, que suprima a exploração do homem pelo homem e a propriedade privada dos grandes meios de produção, criando condições para que as relações entre os homens sejam fundadas na solidariedade e não no egoísmo do mercado. Nossa tarefa é pela construção de uma nova ordem social.
2. A luta socialista não se resume a socialização dos meios de produção, mas é também a socialização do poder político onde um importante desafio a ser superado é reconstruirmos a questão da democracia no socialismo.
3. A renovação do pensamento anticapitalista pede a descolonização do imaginário e, como consequência, a criação de modelos de uma sociedade alternativa, de visões de um futuro inteiramente outro. Para isso, é preciso explorar as manifestações da esperança onde quer que apareçam. Essa empreitada complexa requer uma aliança entre a crítica implacável do presente e a revalorização da imaginação criativa que, conduzirá ao impulso utópico, combustível necessário à ação transformadora das relações sociais.
4. A revitalização crítica e revolucionária do marxismo resgata elementos que, já na obra de Marx colocavam-se em franca oposição aos propósitos da modernidade capitalista e de sua noção abstrata do progresso da História. Trata-se aqui de recuperarmos a ideia de ruptura profunda com a visão linear e homogênea da história, e com a noção de progresso em sua forma abstrata, centrada nos contratempos históricos e no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo moderno.
5. Mais do que uma crítica da economia política, o marxismo deve ser concebido como crítica radical das bases da civilização moderna, como uma sombra projetada que acompanha criticamente a modernidade capitalista nos municinando para a retomada da dimensão radicalmente anticapitalista do

marxismo contemporâneo, cuja crítica do presente deve se completar com uma perspectiva emancipatória orientada para o futuro.

6. Para uma forma social cujo objetivo é o da produção incessante de mercadorias, o corpo deve ser constantemente produzido como dócil politicamente e útil produtivamente, o sujeito da produção e a produção do sujeito são duas faces de um mesmo processo. Há, portanto, um paralelismo histórico entre a sociedade de classes e a sociedade do controle.
7. A história do capitalismo é a história do racismo, uma história de submissão dos corpos, de uso e abuso dos seres nele capturados, por meio de operações eminentemente teóricas e discursivas, com efeitos perversos na vida prática. Enquanto construção social, negro é um conceito que designa a imagem de uma existência subalterna e de uma humanidade castrada. Essa percepção econômica da questão racial tem início na fase mercantilista do capitalismo (quando o negro é transformado em mercadoria) e perdura no neoliberalismo. O termo negro foi inventado para significar exclusão e em momento algum esteve dissociado da categoria de escravo.
8. O negro é uma invenção do branco. Deriva de um processo de denúncia, de racialização. Em paralelo, a África é território de superstição, incapaz de produzir o universal, espécie de arbitrário primordial, um mundo à parte pelo qual os colonizadores não têm nenhuma responsabilidade. Na visão do racista, todas as contribuições africanas, sua obra e conhecimento, assim como a luta de seus povos na diáspora e sua contribuição para o desenvolvimento histórico das Américas, por exemplo, não só foram desconsideradas, mas completamente desconstruídas, ocultadas e apagadas.
9. A branquitude significa pertencimento étnico racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, dessa forma, significa ser menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais.

- 10.** A escravidão a partir do século XVI construiu o conceito de negro que vigora até os dias atuais. A colônia é o lugar onde o negro deixa de existir enquanto pessoa. Além de transformar-se em mercadoria, o negro sofreu com toda carga de descaracterização de sua cultura. É justamente o conceito branco de civilização que determina a construção da inferioridade negra.
- 11.** Esta dinâmica fez com que o homem e a mulher negra passassem a serem vistos como objeto de perigo que, no limite, não poderiam, coexistir. Deste processo decorrem as políticas de segregação, como o Apartheid, e os mitos de superioridade racial. Por outro lado, algumas elites se apropriaram da ideologia da mestiçagem para negar e desvalorizar a questão racial, a exemplo do célebre “Mito da Democracia Racial”.
- 12.** Por racismo entenda-se, não meramente o ódio de uma raça por outra, seja por motivos religiosos ou étnicos, mas um mecanismo de poder, um singular e potente mecanismo de poder que é o racismo de Estado. É bem verdade que o racismo já existia desde muito antes do advento da Modernidade, mas foi à forma de poder surgida nesse período que o inseriu como parte de uma fundamental estratégia, tornando-o condição de possibilidade para o exercício do poder nos Estados modernos.
- 13.** A especificidade do racismo moderno não está ligada somente a mentalidades ou ideologias, mas a vulnerabilidades, a técnicas e tecnologias de poder; está associada ao funcionamento de um Estado que se obriga a utilizar da subdivisão racial da espécie, da eliminação de algumas delas para purificar a outras e, assim, perpetuar uma dominação específica.
- 14.** Compreendemos que território seria mais do que um lugar fixo, uma superfície localizada geograficamente, mas que inclui também um espaço de poder, não só político, onde as subjetividades são construídas, onde as diversas formações sociais e culturais se configuram, constroem-se, e se reconstroem cotidianamente.
- 15.** Pensar os territórios quilombolas é colocar em questão, a matriz do direito moderno ocidental e a sua capacidade contemporânea de ser, garantidora dos direitos dos povos tradicionais não “ocidentais”. O que ocorre é um grande

silenciamento e invisibilidade por parte da razão moderna sobre repertórios, experiências, saberes e outros paradigmas em termos de produção advindos dos povos indígenas e quilombolas.

- 16.** O processo de formação da modernidade ocidental cuja racionalidade impõe-se sobre a concepção de ciência é o resultado de uma significativa disputa ontológica. A razão moderna demarcada por uma modulação binária se construiu pela eliminação de qualquer outra razão que não expresse o processo de formação do mundo ocidental demarcando assim uma relação de poder assimétrica.
- 17.** O processo de exclusão e opressão que incide sobre as mulheres negras combina elementos do racismo, do machismo e dos preconceitos de classe, o que as coloca em condição de mais exploradas tanto no mundo do trabalho como na esfera da sexualidade. As mulheres negras apontam a interseccionalidade como uma estratégia analítica necessária para uma melhor compreensão do entrelaçamento entre as múltiplas identidades de gênero, racial, de classe, de orientação sexual. Trata-se de perceber como a classe operária, a mais explorada dentro do sistema capitalista, é formada especialmente por negros e, portanto, mais discriminada, assim como observar que as mulheres ainda são as mais subalternizadas no mercado de trabalho e tidas como a mão-de-obra mais barata.
- 18.** Na atual fase do capitalismo, o sistema passa a se desfazer das massas humanas em larga escala. A novidade consiste em um sistema que faz com que estas imensas massas sejam agora dispensáveis ao seu modo de reprodução e produção de riqueza. Seu caráter irracional encontra sua temporalidade histórica: ainda que a produção de valor seja própria do trabalho vivo, o capital desenvolve cada vez mais aquilo que Marx chamava de trabalho morto, assim, passando a descartar sujeitos agora tornados supérfluos, dispensáveis.
- 19.** Ocorre neste momento o encontro do trabalho morto na produção de valor com o trabalho de morte da política. Grande parte dos indivíduos já não são mais rentáveis, não são mais requisitados a despenderem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo, são expulsos e jogados no mercado informal e precário, nas margens das cidades.

- 20.** O trabalho de morte da política nos possibilita uma análise crítica dos fenômenos de violência próprios da periferia do capitalismo, onde o esfacelamento de um débil Estado de Bem-Estar Social se realiza por meio da barbárie numa dinâmica em que a era de crescimento de direitos individuais e políticos é substituída pela fase de declínio e retirada desses mesmos direitos. Toda esta dinâmica de desconstrução do arranjo de Bem-Estar Social é feita também por meio da agudização das tendências que sempre foram à regra na periferia brasileira do capitalismo: exclusão, barbárie e autoritarismo.
- 21.** A Democracia Socialista tem como grande desafio, problematizar a fundamentação da política contemporânea a partir dos modos como se entrelaçam, por um lado, violência e direito e, por outro lado, exceção e soberania. A ação política de morte é a forma política adequada ao capitalismo em crise estrutural. Na medida em que a questão social já não é mais solúvel no interior das instituições sociais capitalistas, a sua conseqüente militarização e barbarização aparecem como modelo de gestão possível.
- 22.** As formas de sociabilidade próprias do capitalismo entraram em estágio de decomposição. O exemplo das prisões e a defesa de uma ideia de que o sistema carcerário operava no sentido positivo, isto é, ressocializador, constituindo se enquanto espaço no interior do qual os indivíduos que cometiam crimes seriam devolvidos para a sociedade melhores do que ingressaram hoje se comprovou ser uma falácia. A população carcerária brasileira cresceu 30% em 20 anos, de 1990 até 2010, tendo crescido numa taxa 15,7 vezes maior do que a taxa de crescimento da população nacional. A população carcerária no Brasil hoje é de 622 mil pessoas. 67% delas são negras.
- 23.** Só neste ano de 2017 dados oficiais da Secretaria da Segurança Pública do estado de São Paulo mostram que a polícia matou mais 450 pessoas só nos primeiros seis meses do ano. Essas mortes são consideradas como reações ou oposições à intervenção policial e não entram na estatística de homicídio. Podemos concluir que a política tem sido ignorar que centenas de pessoas, em sua maioria jovens negros, são mortas pela polícia em ocorrências pouco transparentes justificadas pela legítima defesa.

- 24.** A política de morte perpetrada pelos aparatos policiais no Brasil, constituem a paisagem da política atual em vigência na periferia do Capitalismo. Com o colapso do desenvolvimentismo para essas nações periféricas, qualquer transição para uma autonomia nacional passa a ser bloqueada e a tarefa do dia parece ser a de controlar a força os territórios habitados por estes sujeitos e corpos descartáveis, isto é, corpos negros e pauperizados a exemplos das favelas dos grandes centros urbanos a exemplo da cidade do Rio de Janeiro.
- 25.** Nesse sentido, a Democracia Socialista entende que a reflexão, incorporação e tratamento dados a perspectivas contemporâneas sobre o papel do Estado nas relações de controle sobre a população negra, o lugar do racismo e suas reconfigurações devem integrar permanentemente nossos esforços em compreender e atuar sobre a realidade do mundo passando a dar um lugar destacado e estratégico para a luta antirracista na nossa contribuição para a atuação da esquerda socialista frente ao Estado, devendo criar espaço e designar recursos que permitam consolidar a compreensão e ação da nossa militância na disputa por uma sociedade sem explorados e exploradores.
- 26.** Para a Democracia Socialista o antirracismo é uma prática política, um projeto de natureza socialista que fortalece e possibilita a constituição de uma nova maioria sob direção da classe trabalhadora do nosso país capaz de promover uma necessária e potente alteração na correlação de forças entre nós e os nossos inimigos de classe e por isso deve estar presente na construção e no debate partidário, bem como deve estar integrada à luta geral da classe trabalhadora na sociedade.